

Ajude a encontrar essas pessoas



Karla Ingrid



Daniele Lima
Araújo - 18 anos



Beatriz - 1 ano
26/6/2009



Regivania das Neves
Oliveira 17 anos



Jucimar Soares Lima
17 anos



Wesllanya de Souza
16 anos



Aline Kayla Costa
de Oliveira 12 anos



Luiz Felipe Ribeiro
Cruz 15 anos



Bruna de Souza
Freitas 11 anos

CRIANÇAS DESAPARECIDAS

A dor da perda por tempo indeterminado

“A gente ficou desesperado”. A afirmação é de Edilaldo Silveira, padrasto de Maria Lidiane, de 10 anos, que, durante quatro dias, esteve desaparecida. A menina, que, como de costume, foi para o colégio sozinha, não mais voltou e não deu satisfação para a família de onde iria. Angustiadíssimos, os pais procuraram todos os meios possíveis para reencontrar a filha.

Eles fizeram um B.O na delegacia, foram ao Creas (Centro de Referência Especial de Assistência Social) – órgão ligado a STDS (Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social) – registrar o desaparecimento, até que a exibição da foto de Maria Lidiane num programa de televisão levou a menina a entrar em contato com a mãe por telefone no dia 29/10. Ela estava na casa de uma amiga de escola, queria passar alguns dias por lá e voltar em breve. “Foi bom demais”, afirmou Edilaldo ao tentar descrever a sensação de ter a enteada de volta ao lar após quatro dias de intensa procura, em que até o árduo emprego de pedreiro ficou de lado.

Assim como Lidiane, várias crianças e adolescentes desaparecem semanalmente no Ceará. A maioria é encontrada, mas o

destino de alguns permanece uma incógnita. Desde o início da atuação do Creas, em 2005, foram registrados 630 desaparecimentos, com 520 localizações, sendo seis óbitos. A supervisora do Centro, Regiana Nogueira, não sabe ao certo os motivos das mortes, mas especula que a maioria é consequência de vingança por tráfico de drogas.

Segundo a supervisora, grande parte dos desaparecimentos é fruto de conflitos familiares, em que os filhos fogem de casa e “fazem questão de se esconder”. A maioria deles ocorre em lares de baixa renda, mas a natureza desses casos não impede que os mais abastados também sejam atingidos. Desentendimentos com os pais por diversas razões, dentre elas a busca pela liberdade, levam os filhos a procurar outra vida, mas boa parte retorna por conta própria, assim como voltam a fugir. Outra razão para desaparecimentos é o rapto familiar, que é ocasionado por briga pela guarda das crianças.

A essas famílias, o Creas disponibiliza um serviço de procura, que conta com a parceria de diversas instituições que divulgam as fotos das crianças em diferentes meios, desde a mídia

televisiva até a internet (www.desaparecidos.mj.gov.br). Mas é o trabalho conjunto com a Coelce que vem rendendo bons frutos. Mensalmente a empresa publica dois retratos de desaparecidos nas contas de luz, atingindo um grande público, que tem resultado no reconhecimento de muitos rostos.

Para efetuar o registro do desaparecimento, é necessário que a família se dirija ao Creas com uma foto recente do adolescente ou da criança, dê detalhes do caso e descreva-o fisicamente, dando destaque para características peculiares, como um sinal ou uma tatuagem. “A partir de então começamos a divulgar”, destaca a supervisora Regiana Nogueira. Ainda de acordo com ela, dependendo do motivo do desaparecimento, após ser encontrada, “a criança passa por um período de coalizão com a família para se evitar uma nova fuga”.

SERVIÇO:

Caso reconheça alguma criança desaparecida, ligue: 0800.285.1407/ 3101.2737. O Creas localiza-se à Rua Tabelião Fabião, 114, Presidente Kennedy (por trás do North Shopping).

DICA CULTURAL

Câmara dos Deputados aprova vale-cultura de R\$ 50,00

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que cria o Vale-Cultura, crédito de R\$ 50,00 que deverá ser disponibilizado a trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos (R\$ 2.325,00). A proposta, elaborada pelo Executivo, terá ainda de ser analisada pelo Senado antes de ser sancionada. O projeto aprovado pela Câmara determina também a obrigatoriedade de fornecimento do crédito a todos os trabalhadores com deficiência que recebam até sete salários mínimos por mês (R\$ 3.255,00) e aos estagiários.

Servidores públicos federais que ganhem até cinco salários mínimos também terão direito ao benefício, que será bancado pela União. A proposta autoriza estados, Distrito Federal e municípios a fornecer o Vale-Cultura aos seus servidores públicos, nos termos das leis de cada ente federado e de acordo com seu orçamento.

No setor privado, o benefício será concedido apenas a funcionários de grandes empresas, que não fazem parte do Simples e que tenham optado pelo Programa de Cultura do Trabalhador, também instituído pelo projeto.

Os beneficiados poderão ter desconto do salário até 10% do valor do Vale-Cultura, ou seja, até R\$ 5,00 mensais. O Vale-Cultura deverá ser disponibilizado por meio de um cartão magnético, com o valor expresso em moeda corrente.

Segundo a proposta, o crédito a ser concedido deverá possibilitar o acesso do trabalhador a produtos

e serviços culturais, estimular a visitação a estabelecimentos culturais e artísticos e incentivar o acesso a eventos e espetáculos.

Quem receber mais de cinco salários mínimos por mês também poderá ser beneficiado, desde que todos os empregados que estejam dentro da faixa de renda estabelecida já tenham sido atendidos. Para quem ganha acima do limite previsto no projeto, o desconto poderá ser maior, variando de 20% a 90%, de acordo com a faixa salarial.

As empresas poderão deduzir do imposto de renda pessoa jurídica o valor gasto com o benefício, respeitado o limite de 1% do imposto de renda devido.

Se todos os empregados que receberem até cinco salários mínimos forem atendidos e mesmo assim a empresa ainda não tiver atingido a dedução de 1%, poderão estender o benefício a dependentes dos trabalhadores que já recebem o Vale-Cultura. O benefício cultural não se incorpora ao salário, ou seja, não há incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) sobre ele.

O projeto prevê ainda punições às empresas que desviarem a finalidade do benefício. Elas estarão sujeitas ao cancelamento da inscrição no programa, aplicação de multa, perda ou suspensão de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito durante dois anos, além de proibição de usufruir de benefícios fiscais, pelo mesmo período.

SAÚDE E ESTÉTICA

Conveniado do Sindicato disponibiliza tratamentos para acabar com a celulite

O Sindicato dos Bancários do Ceará tem parceria com a empresa Luzir Saúde & Estética, que oferece vários tratamentos com descontos para bancários sindicalizados. Um dos serviços disponíveis é o tratamento contra celulite.

Tão comum e tão temida, a celulite é causada pela alteração do tecido gorduroso sob a pele em conjunto com alterações na microcirculação e consequente aparecimento de tecido fibroso, dando à superfície da pele um aspecto ondulado, lembrando uma casca de laranja. Acomete principalmente glúteos, coxas e abdômen. Seu aparecimento está relacionado a vários fatores, portanto, nada de acreditar em milagres quando se fala em seu tratamento. Além de uma reeducação alimentar e atividade física, os tratamentos em consultório são de grande importância. Por isso, a empresa Luzir traz um guia dos principais tratamentos:

Manthus ou Heccus: terapia combinada que une a eficiência de um cabeçote de ultrassom tripolar com uma corrente polarizada. Juntos, eles atuam na celulite melhorando a microcirculação, deixando o tecido mais maleável e drenando o excesso de líquidos. A utilização

desse aparelho não restringe apenas a celulite, pode ser usado para redução de medidas e pós-operatórios.

Plataforma Vibratória: por meio da vibração, em apenas 20 minutos de exercício, tonifica musculatura, drenagem linfática, melhora a circulação e diminui taxa de gordura.

Radiofrequência: aparelho que emite ondas de rádio capazes de tensionar as fibras de colágeno da pele, melhorando sua flacidez. A pele mais firme consegue conter as ondulações que as gorduras e celulites formam por seu acúmulo.

Carboxiterapia: terapia realizada através da infusão e gás carbônico na pele. Promove melhora da circulação e rompimento das fibroses. As terapias manuais como drenagem linfática e massagem modeladora também são grandes aliadas no tratamento.

SERVIÇO: Luzir Saúde & Estética - Unidade Aldeota - Clínica de Especialidades - Rua João Carvalho, 300 - Aldeota - Fone: (85) 3088.9316; Unidade Salinas - Chic Toda - Av. Rogaciano Leite, 400 - Salinas - Fone: (85) 3241.1315

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br

Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 - Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br - (85) 3231 4500 - Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 - Fortaleza - Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra - Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino

Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP - Repórter: Lidiane Pereira CE2295JP

Estagiários: Camila Queiroz e Darlano Didimo - Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG

Impressão: Expressão Gráfica - Tiragem: 11.500 exemplares

Bancários do BNB demitidos na era Byron ainda lutam por reintegração

A luta dos ex-funcionários do BNB demitidos na era Byron Queiroz ganha nos próximos dias mais um capítulo: uma audiência pública foi marcada para o dia 24/11, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara Federal. O projeto de lei 343/2007, de autoria dos deputados Chico Lopes e Daniel Almeida (ambos do PCdoB), tramita na Casa desde 2007 e não há previsão de quando seja votado. Ele ainda deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça, antes de ser votado em plenário.

Para o representante da Comissão de Reintegração dos Funcionários Demitidos do BNB, Heider Vasconcelos, a audiência é mais uma tentativa de esclarecer os deputados sobre as injustiças cometidas na Era Byron. “Já estamos lutando há um bom tempo e conquistamos vitórias significativas, mas é preciso mais. Esperamos conseguir uma maior adesão ao projeto”, afirma. Ao todo, 287 bancários lutam pela reintegração ao Banco do Nordeste. Heider explica que, no início, eram 697 bancários esperando o processo, mas alguns haviam pedido aposentadoria, e

Reintegração dos demitidos do BNB: questão de justiça

O projeto de Lei 343/2007, de nossa autoria, em parceria com o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA), pleiteia a reintegração dos funcionários demitidos do Banco do Nordeste do Brasil durante a chamada "era Byron". Estamos trabalhando pela aprovação do projeto e, para isso, contamos com a compreensão da bancada governista, para a necessidade de se corrigirem as injustiças cometidas contra os servidores do BNB, em um dos capítulos mais tristes da história dessa instituição tão importante para o Ceará, o Nordeste e o Brasil.

Apesar das dificuldades, que são muitas, mantemos a confiança em ver esse projeto aprovado ainda nesta legislatura. Acreditamos que para isso contará muito a continuidade da mobilização das lideranças sindicais e dos servidores do BNB como um todo.

O desligamento forçado de funcionários de instituições como o BNB e o Banco do Brasil foi uma das piores heranças do governo Fernando Henrique Cardoso. Um episódio exemplar da forma com que os funcionários públicos eram vistos e tratados naquele período. Cabe a nós, neste novo momento da história do Brasil, lutar para que essas injustiças sejam reparadas e para que esses trabalhadores, que deram uma contribuição tão valiosa ao nosso serviço público, possam ter seus direitos plenamente respeitados.

Deputado Federal Chico Lopes – PCdoB/CE



outros tinham sido demitidos por justa causa e não podiam entrar com o pedido.

“Agora, somos 287 pessoas sonhando com a correção dessa injustiça. O banco não terá grandes custos, pois não vai

precisar pagar valor retroativo. No entanto, para nós, isso tem uma importância tanto emocional quanto profissional – já que o tempo de serviço passará a ser contado para a aposentadoria”, completa Heider.

SANTANDER

Após pressão dos bancários, banco agenda negociação para dia 18

Depois da pressão da Contraf-CUT, entidades sindicais e parlamentares, o Santander Brasil decidiu retomar o processo de negociações com os trabalhadores e marcou nova rodada para esta quarta-feira, dia 18/11, das 13h às 16h30, em São Paulo. Estará em discussão a minuta de reivindicações dos funcionários do grupo, rumo ao Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2009/2010 e ao Acordo do Programa de Participação nos Resultados (PPR) referente ao exercício de 2009.

Além de marcar nova reunião, o banco comunicou a prorrogação

dos aditivos do Santander e Real, vencidos no último dia 30/10, até o próximo dia 30/11. A medida também havia sido reivindicada pela Contraf-CUT e entidades sindicais.

A retomada das negociações foi reforçada durante a audiência pública promovida quinta-feira, dia 5/11, na Câmara Federal, por iniciativa da deputada federal Emília Fernandes (PT-RS). Na oportunidade, o representante do Santander afirmou que o banco está disposto a negociar.

Para o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e funcionário do Santander, José Roberval Lopes, “é muito importante a re-

tomada das negociações, visto tratar-se de uma conquista dos trabalhadores do banco. Agora esperamos que o Santander vá para a mesa disposto a atender às nossas reivindicações”.

A minuta contendo as reivindicações foi entregue no dia 1º/9. A rodada marcada para o dia 22/10 foi cancelada pelo banco no início da noite do dia anterior e, desde então, o processo de negociações estava interrompido. No mesmo dia da negociação, a Contraf-CUT promove reunião das Comissões de Organização dos Empregados (COE) do Santander e Real.

Veja as principais reivindicações específicas:

- garantia de emprego
- centro de realocação profissional
- permanência da licença remunerada pré-aposentadoria (pijama)
- ampliação dos incentivos para aposentadoria
- melhoria das condições de trabalho
- manutenção do patrocínio ao Banesprev, HolandaPrevi e Bandeprev
- eleições para representantes dos participantes no HolandaPrevi e Sanprev
- manutenção do patrocínio da Cabesp
- aumento das bolsas de auxílio-educação
- elevação do auxílio-academia
- auxílio ao estudo de idiomas
- bolsa de férias, a exemplo da Espanha
- auxílio para certificação da Anbid
- prêmio de dois salários aos 25 anos de banco para todos os funcionários

O Santander é o único banco privado que possui aditivo à convenção coletiva. O instrumento é fruto dos acordos negociados com o banco após a privatização do Banespa e apresenta vários avanços além das conquistas gerais dos bancários. Já o PPR representa mais uma forma de remuneração para os trabalhadores do banco.

SAÚDE

Cerest é referência na assistência ao trabalhador

LER / Dort (Lesão por Esforço Repetitivo / Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho), depressão, anorexia e síndrome do pânico são as doenças mais comuns entre os trabalhadores do Ceará, segundo a coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), Rosemary Cavalcante. Os bancários estão sujeitos tanto à LER / Dort, por trabalharem bastante com digitação, quanto a transtornos mentais, devido às intensas pressões dos patrões, com cobrança de metas a serem atingidas e assédio moral. Os vigilantes, expostos à violência, sofrem depressão e síndrome do pânico.

Além disso, capacidade decisória, exaustão física e ruído excessivo podem estar relacionados a altas taxas de colesterol. A obesidade está associada ao estresse, e a jornada noturna está ligada a distúrbios alimentares e do sono. A irradiação pode levar ao desenvolvimento de tumores, geralmente após longo período de latência. Em profissões que exigem a posição sentada por tempo prolongado, ocorre redução da densidade óssea. Já o trabalhador sujeito a calor excessivo, exposto a agrotóxicos, a metais ou a outros agentes químicos pode sofrer redução da produção de espermatozoides.

O quadro da segurança no trabalho também não é muito animador: entre os anos de 2006 e 2007, o número de acidentes de trabalho no Ceará cresceu 38,1%, segundo dados do Ministério da Previdência Social. Em 2006, o Estado registrou 5.965 acidentes de trabalho. Em 2007, o número de ocorrências saltou para 8.241. O percentual foi superior ao registrado no País, no mesmo período: 27,4%. Em 2006, ocorreram no Brasil 512.232 acidentes de trabalho, número que chegou a 653.090 no ano seguinte. O número de óbitos por acidentes de trabalho no País é maior do que a quantidade de mortes por dengue ou Aids. No Ceará, os setores que registram mais acidentes são os da construção civil, indústria e agricultura.

Diante dessa realidade, o Cerest, um serviço do Sistema Único de Saúde (SUS), tem por objetivo estruturar a rede pública para atender o trabalhador, pensando a relação entre a doença e o ambiente de trabalho. A maior demanda recebida pelo órgão parte das pessoas que já estão afastadas do trabalho e querem se submeter ao exame que dará o laudo denexo causal doença / ambiente de trabalho. De acordo com

Rosemary Cavalcante, Ler / Dort é o que mais gera afastamento. Dentre os serviços prestados pelo Centro, há ainda projetos relacionados a assédio moral e um mapeamento de atividades econômicas em todo o Estado para saber quais são as necessidades dos trabalhadores com relação à saúde.

Além do atendimento aos trabalhadores, o Cerest capacita profissionais do SUS para que compo-nham a Rede Sentinela, vinculada à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast). A intenção da Rede Sentinela é que os profissionais do SUS reconheçam os acidentes / doenças causados pelo trabalho e façam o registro do ocorrido no SINAM (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). A coordenadora explica que o Cerest tem acesso às informações do sistema e a partir disso pode intervir no ambiente de trabalho que causou o problema. Em 2007, a equipe do IJF foi treinada para diagnosticar e notificar casos de trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho.

Sobre a colaboração do empregado no combate às doenças do trabalho, a coordenadora não traz boas notícias: “a nossa cultura ainda leva o empresário a não se sentir responsável pelos acidentes de seus empregados, mas o trabalhador não pode entrar na empresa saudável e sair doente, causando prejuízo social e ao Estado.”

PREVIDÊNCIA SOCIAL – A partir de 2010, a empresa que apresentar um grande número de acidentes no trabalho vai pagar um seguro maior para a Previdência Social. As organizações que investirem em saúde ou segurança para os seus trabalhadores serão beneficiadas e as que não investirem, punidas. Atualmente, as empresas brasileiras contribuem com 1% a 3% sobre a folha de pagamento para a Previdência, dependendo da atividade – se de baixo, médio ou alto risco.

Em 2006, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) desembolsou mais de R\$ 10,5 bilhões em benefícios devido a acidentes e doenças do trabalho e em aposentadorias especiais decorrentes das condições ambientais de trabalho. Os dados oficiais da Previdência apontam que, somados os gastos com o custo operacional do INSS e as despesas na área da saúde e afins, o valor atinge mais de R\$ 39 bilhões.

PASSO A PASSO PARA ATENDIMENTO A TRABALHADORES RESIDENTES EM FORTALEZA

1. É necessário que o trabalhador seja cadastrado no posto de saúde mais próximo de sua residência.
2. Após o cadastramento, o trabalhador deverá ligar para (85) 3253.2698 para agendar a consulta em Medicina do Trabalho ou se dirigir ao Cerest-CE.
3. Após a consulta, o trabalhador poderá ser referenciado para outro profissional para comprovação de diagnóstico, caso se faça necessário. Documentação necessária:

- Em caso de suspeita de doença relacionada ao trabalho, acidente de trabalho ou questões na área do Direito Trabalhista: RG, CPF, Carteira Profissional.

Em casos de suspeita de doença relacionada ao trabalho ou acidente de trabalho, o paciente deve apresentar exames realizados comprovando o diagnóstico em questão.

Já em caso de homologação de portadores de deficiência, os trabalhadores deverão apresentar exames realizados comprovando a deficiência.

MAIS INFORMAÇÕES:

Cerest – Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador
Manuel Jacaré
Avenida Imperador, 498 – Centro. – Telefones: (85) 3101.5342 e (85) 3253.2698 – Horário: 8h às 17h
Site: www.cerest.gov.ce.br



Foto: Secretária de Imprensa

Especialista em Direito Constitucional afirma que greve é um direito legítimo e eficaz

O professor e advogado, Marthius Sávio Lobato, esteve em Fortaleza, na última semana, para participar de um evento no Sindicato dos Bancários do Ceará. Com formação na área de Direito Constitucional e a partir de experiência na Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM, ele discorreu sobre a jurisdição constitucional trabalhista e o devido processo legal. Nossa equipe conversou com ele sobre dois pontos fundamentais da luta dos trabalhadores na atualidade: a redução da jornada de trabalho e a garantia do direito de greve.

Tribuna Bancária – Na sua avaliação, a redução da jornada de trabalho vai realmente aumentar os postos de trabalho?

Marthius – A experiência que nós temos tido no âmbito internacional, onde países que fizeram essa transição de uma jornada maior para a redução de jornada, tem demonstrado uma melhora na empregabilidade. A redução traz uma inclusão maior, mas não só uma inclusão por empregabilidade, porque a redução da jornada tem uma outra perspectiva, que é o aumento do emprego, a melhora na saúde do trabalhador e a possibilidade que o trabalhador tem de diminuir os danos decorrentes do excesso de jornada. Então, são dois fatores extremamente importantes, que a nossa constituição protege: o ambiente de trabalho digno e uma relação de inclusão social. Com a redução da jornada, você tem essa possibilidade de aumentar os postos de trabalho.

TB – Mas a gente vê que os grandes empresários têm relutado bastante, dizendo que a redução da jornada não vai gerar mais postos e que eles vão mecanizar os processos de produção. Como o senhor analisa essa posição?

Marthius – Esse é um fundamento que a gente vê principalmente numa classe empresarial mais conservadora e mais retrógrada. Eles têm uma concepção mais neoliberal, contrária à questão social que o mundo contemporâneo tem desenvolvido. Isso é uma espécie de chantagem econômica, chantagem social para colocar o governo, o Congresso que vai votar agora, numa dúvida política. É claro que, não necessariamente, a redução da jornada vai gerar imediatamente novos postos de trabalho. Mas é claro que você amplia o leque para a participação da sociedade. Vai criar exatamente essa possibilidade de ter que aumentar o seu quadro. É muito mais cômodo para o empresariado que não tem compromisso com o social não pensar no ambiente de trabalho. Ele prefere pagar hora extra a ter que aumentar o número de postos de trabalho. E, na verdade, na hora de um acidente de trabalho, quem assume o ônus não é a empresa, é o Estado. Portanto, a empresa utiliza uma mão-de-obra,

utiliza uma mais-valia em cima do trabalhador, obtém resultado e lucro e, quando o trabalhador necessita de um auxílio, quem dá é o estado. Consequentemente, somos nós que estamos dando, porque nós pagamos os nossos impostos justamente para garantir isso. Esse é um debate extremamente do âmbito político, da concepção neoliberal *versus* a concepção social. Essa tensão vai existir sempre. O importante é que a gente tenha consciência que isso é um fator social e que as relações precisam dessa análise. Temos que entender que o social é uma forma de proteger a própria economia. Essa crise internacional demonstrou isso: o Brasil saiu da crise facilmente porque tem uma relação muito forte, muito próxima na preservação do Estado e da relação social com os trabalhadores. Os EUA ainda não saíram da crise exatamente por serem um ambiente de desregulação, onde o Estado não tinha qualquer intervenção.

TB – Como o fato de termos um presidente vindo do movimento sindical influencia na votação do projeto de redução da jornada? Há condições reais de esse projeto ser votado ainda este ano? E o que pode acontecer se essa discussão ficar para um momento de mudança de administração?

Marthius – O que temos que pensar é o seguinte: não é o fato de termos um presidente sindicalista, um trabalhador que está na Presidência, que ele vai sozinho alterar e solucionar todos os conflitos do mundo. Muitas vezes, um governo de coalizão, plural, necessita que a sociedade o mantenha, da mesma forma que o elevou à Presidência, para garantir que as suas políticas públicas sejam executadas. Não é fácil votar quando não se tem uma composição de maioria de representação dos trabalhadores, mas, quanto mais formas para rua, quanto mais tivermos essa concepção de que a participação da sociedade é que faz e estabelece o próprio direito, mais conquistas teremos. Dentro da teoria do Direito, nós podemos colocar isso como o Direito achado na rua. A sociedade nas ruas, e a rua não é a rua da esquina, a rua como esfera pública. Ir à esfera pública reivindicar seus direitos. Com certeza, com

uma mobilização muito grande dos trabalhadores, como a marcha que está sendo feita – que eu acho que é o início desse processo – vai forçar o Congresso, mesmo aqueles que não querem, a num momento ou outro votar a favor. Não podemos esquecer que tem muita gente da direita que hoje fala em concepção social e nem por isso eles fazem o social. Fazem toda uma política que são a favor do social, mas só votam contra o social. Uma coisa é fazer o discurso, outra coisa é realizar. E essa realização só se dá com a participação da sociedade.

“ Quanto mais tivermos essa concepção de que a participação da sociedade é que faz e estabelece o próprio direito, mais conquistas teremos. . . .

Se a greve não desse resultado – e o resultado da greve é o prejuízo ao empregador – os empregadores não teriam tanta resistência a esse exercício de direito. ”

TB – O senhor comentou que há um discurso social democrata, mas que isso é diferente da prática. Então, eu não posso afirmar que existe uma social democracia hoje no Brasil?

Marthius – Eu acho que hoje nós estamos saindo de uma concepção de estado social, criada com a Constituição de 1988, e estamos entrando num estado democrático de direito. E eu acho que o estado democrático é isso: não estabelecer antagonismos entre uma política ou outra. É saber que desse antagonismo há uma tensão construtiva para

o estabelecimento da própria constituição. O nosso período neoliberal não conseguiu romper com a constituição social. Portanto, nós ainda temos uma constituição social. E, para efetivarmos os nossos direitos, é uma luta constante.

TB – O que falta aos trabalhadores para conseguirem a efetivação desses direitos?

Marthius – Os trabalhadores têm tido uma consciência muito grande. O Brasil passou por períodos muito sazonais. Passamos por ditadura, período em que houve um tensionamento e um rompimento por parte dos trabalhadores, que garantiram a sua liberdade. Ao não ter uma ditadura, ele entra num momento de busca do resultado da sua luta. O neoliberalismo não é uma ditadura de repressão física, ele é uma repressão ideológica e econômica. Isso, às vezes, é muito mais cruel do que a própria ditadura. Eu acho que os trabalhadores estão trabalhando na reconstrução de uma consciência de liberdade dentro do estado democrático de direito.

TB – O senhor pode comentar o uso ilegal por parte das empresas do recurso do interdito proibitório.

Marthius – Esse mecanismo, o interdito proibitório, inicia-se no final da década de 1980 exatamente como uma alternativa de repressão aos trabalhadores. Isso se deu muito fortemente no movimento dos bancários. E, como a Justiça do Trabalho não era competente à época, eles começaram a utilizar a Justiça Comum e deu certo, como se fosse uma relação concessória. Infelizmente, a gente teve um crescimento muito grande sobre isso, o que acaba alegando o próprio direito de greve. E nós temos hoje uma questão que é fundamental: a Constituição de 1988 conseguiu romper com a concepção de criminalização da greve, que antes, com a Constituição de 1967 e emenda de 1969, estabelecia a greve como um mecanismo ilegal, uma declaração de ilegalidade da greve. Então, você estaria cometendo um crime, desrespeitando a lei para o Direito Constitucional. Só que a concepção do passado desse direito constitucional ainda se mantém na relação de repressão. A

concepção que se está tendo hoje no judiciário – esse é um debate não só acadêmico – é que, por mais que se entenda que a greve é um conceito social e um direito constitucional, o fundamento de que ela não é um direito absoluto acaba trazendo a própria criminalização da greve. A concepção de que o judiciário atua na proteção de um bem de propriedade que não tem finalidade de posse, pois a greve não tem nenhuma finalidade possessória, é uma pré-concepção, uma pré-compreensão, de que esse direito “absoluto” acaba se transportando para o empregador. Esse é o grande problema que nós temos hoje: nós estamos restabelecendo um debate do passado com relação à criminalização dos movimentos sociais. Então, forçando, através de outras interpretações, o direito de greve seria um direito violento.

TB – A greve ainda é a forma mais eficaz de se garantir conquistas?

Marthius – É um dos mecanismos, eu acredito. Mesmo com o avanço da tecnologia, das reestruturações ocorridas e, apesar dos sistemas hoje serem muito alternativos, ainda é um mecanismo que dá resultado. Pode não dar o mesmo resultado que dava no século passado, no século XIX, no século XX principalmente. Mas ainda dá resultados. Tanto dá resultados, que os empresários atuam firmemente contra a greve. Se ela não desse resultado – e o resultado da greve é o prejuízo ao empregador (e essa é a finalidade da greve: realmente causar prejuízo, pois o direito lhe garante isso), os empregadores não teriam tanta resistência a esse exercício de direito. Então, eu acho que esse mecanismo ainda é eficaz. Ele é um meio utilizado para buscar uma igualdade. Quando uma greve é deflagrada, ela não inicia um conflito entre capital e trabalho. Ela é deflagrada quando o conflito já existe. A greve é um mecanismo de solução de conflito. Então, quando o trabalhador vai para a greve, é porque o processo de negociação se rompeu, se desgastou. Daí, vem o conflito, não há negociação. Portanto, a greve é a solução desse conflito e não o início. É uma forma de superação de um conflito já realizado de uma postura patronal.



Bancários participaram da 6ª Marcha contra o uso do interdito proibitório

Os bancários estiveram na 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, realizada na quarta-feira, dia 11/11, em Brasília, com duas bandeiras principais. Uma, específica, reivindica o fim do uso deturpado do interdito proibitório. A outra, ao lado de todas as outras categorias, exige a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais sem a alteração nos salários. A Marcha deste ano reuniu 50 mil trabalhadores. Estiveram representando o Sindicato dos Bancários do Ceará, os diretores Mateus Neto, Plauto Macedo e Alfredo Amorim.

A manifestação contra o uso incorreto do interdito foi à tarde, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). O interdito proibitório é um recurso jurídico usado originalmente para garantir a posse de propriedades. Os bancos deturparam a função do instrumento e, aproveitando-se de brechas na lei, conseguem fazer uso de força policial nas agências e concentrações durante manifestações, greves e paralisações dos trabalhadores, apesar de esses serem direitos garantidos pela Constituição Federal.

40 HORAS – A 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, representada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelas outras cinco maiores centrais sindicais do País, reivindicaram também a redução da jornada oficial do Brasil para 40 horas sem alteração no salário. A medida,

que possibilitará a criação de mais de dois milhões de empregos, aumento da massa salarial e fortalecimento do mercado interno brasileiro, está prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC 231/95), atualmente nas mãos dos parlamentares. O projeto também aumenta para 75% o valor da hora extra.

A diminuição das horas trabalhadas na semana visa ainda tornar menos exaustiva a jornada para melhorar as condições de saúde e segurança no trabalho e diminuir o número de acidentes causados pelo cansaço, além de ampliar o tempo para o convívio familiar, o lazer e a qualificação profissional. “Nós bancários também defendemos a redução da jornada, pois ela traz ganhos para o País na geração de mais

empregos e de bem-estar social”, ressaltou o diretor do SEEBCE, Mateus Neto.

BANDEIRAS – A Marcha cobrou dos parlamentares, ainda, a aprovação da política de valorização do salário mínimo (PL 01/07), conquistada pela pressão das outras marchas dos trabalhadores, e a votação da PEC 438/01, contra o trabalho escravo. Também foram reivindicadas a ratificação das convenções 151 (pela negociação coletiva no serviço público) e 158 (que põe fim à demissão imotivada) da Organização Internacional do Trabalho, além da retirada dos projetos de lei da terceirização (4.302/98 e 4.330/04), que precarizam as relações de trabalho.

Eixos da 6ª Marcha

- Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- Votação do PL 01/07 que efetiva a valorização do salário mínimo;
- Novo marco regulatório para o pré-sal, que prevê a garantia do controle estatal e social do petróleo e seus derivados em todo o território nacional e que reafirma nossa soberania;
- Ratificação das Convenções 151 (sobre a garantia de negociação coletiva no serviço público) e 158 (que coíbe a demissão imotivada) da OIT;
- Aprovação do PL 1621/07 - Proposta da CUT, encaminhada à Câmara pelo deputado Vicentinho (PT-SP), sobre a regulamentação da terceirização e combate à precarização nas relações de trabalho;
- Mudanças amplas e imediatas para todas as aposentadorias, incluindo aumento real para os benefícios acima do salário mínimo e regras que garantam inclusão e assegurem que mais e mais brasileiros se aposentem por tempo de contribuição, com 100% dos benefícios.

XXIII FUTSOÇAITE

Equipes buscam a classificação

A 2ª fase da XXIII edição do Campeonato de Futebol Soçaite dos Bancários teve início no sábado, 7/11, com a realização de jogos empolgantes no Racha Society. Nesta etapa da competição, dois quadrangulares irão definir os dois melhores times de cada grupo, classificando-os para a semifinal. Confira os resultados dos confrontos da 1ª rodada:

Bradesco 3 X 1 AAB
APCEF-II 3 X 0 BIC Banco
APCEF-I 2 X 1 BB Metropolitano
Unibanco 1 X 1 BNB

A artilharia do Campeonato é liderada pelo atleta João Victor, da APCEF-I, com 13 gols assinalados. Ele é seguido de perto por Jorge Cláudio, do Bradesco, com 12 gols. Para conferir os resultados da 2ª rodada, que aconteceu neste sábado, 14/11, e a classificação atualizada, acesse o site do Sindicato, no endereço eletrônico www.bancariosce.org.br.

A 3ª e última rodada dos quadrangulares do Futsoçaite ocorrerá no próximo sábado, 21/11, no Complexo Racha Society, em que serão realizados os seguintes jogos:

Campo 1

8h30
BNB X BB Metropolitano

10h
AAB X BIC Banco

Campo 2

8h30
Unibanco X APCEF-I

10h
APCEF-II X Bradesco



REVISTA DO BRASIL

Edição de novembro aborda o perigoso aquecimento global

O risco de uma catástrofe ecológica é cada vez mais iminente. Apesar disso, as negociações em torno do combate ao aquecimento global podem fracassar, já que os países ricos se recusam a abandonar suas estratégias de dominação. O tema é capa da edição de novembro (nº 41) da Revista do Brasil abordado no excelente artigo de Bernardo Kucinski e na entrevista com o professor Carlos Nobre, integrante dos órgãos da ONU que tratam das mudanças climáticas.

Outra reportagem mostra que nas últimas décadas a obesidade infantil virou bicho papão, coisa que os pais precisam entender para evitar complicações para o futuro de seus filhos.

A América Latina é retratada na nova realidade de paramilitares de

Medellín, Colômbia, que se reintegraram à sociedade plantando flores e reciclando materiais, e nas eleições presidenciais do Uruguai, onde a esquerda, hoje no governo, ganhou com folga o primeiro turno, mas ainda não levou.

Em entrevista exclusiva, o ministro Edson Santos, da Seppir, fala dos avanços das políticas afirmativas e da autoestima em ascensão da população negra.

A edição de novembro da RdB aborda, ainda, a reforma agrária, o vício na internet, a pressão do mercado financeiro para que o Banco Central volte a subir a taxa básica de juros, mostra como a gestão da governadora Yeda Crusius (PSDB) paralisou o Rio Grande do Sul e traz uma viagem ao belo Vale do Paty, na Chapada Diamantina.



Edição
Novembro
2009



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL Contraf-CUT/CNFBNB assinam com o Banco Termo de Ajuste Preliminar

Contraf -CUT/Comissão Nacional dos Funcionários do BNB e a direção do Banco assinaram, na quarta-feira, 11/11, termo de ajuste preliminar referente ao acordo coletivo de 2009/2010. O termo garante ao funcionalismo o cumprimento dos direitos conquistados na última campanha salarial, que já foram implementados.

MESA PERMANENTE – Na tarde do mesmo dia, 11/11, reunidos em mesa permanente, representantes da Comissão Nacional e a Superintendente de Desenvolvimento Humano do Banco, Eliane Brasil, acertaram que, se chegar o dia 15/12 e ainda houver horas para compensar, o Banco vai abrir negociação com o funcionalis-

mo e continuar a compensação dos dias de greve. Ou seja, os funcionários do Ceará que fizeram greve podem compensar os dias parados mesmo fora do prazo. O Sindicato dos Bancários do Ceará já estuda medidas, inclusive jurídicas, para que não haja prejuízo para os funcionários.

Sobre o débito referente ao empréstimo de férias, o Banco informou que o benefício será prorrogado até janeiro de 2010 para todos os funcionários. A superintendente Eliane Brasil informou ainda que não tem novidades em relação à extensão da licença-prêmio e que estará em Brasília esta semana negociando a finalização do Plano CV com a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e a Secretaria

do Tesouro Nacional (STN). A próxima reunião de negociação foi agendada para o dia 20/11.

DESCONTO ASSISTENCIAL - No caso dos funcionários do BNB, o desconto assistencial só será cobrado após a assinatura do acordo salarial 2009/2010 com o Banco. Da mesma forma que os demais bancários, o prazo para se opor será de 10 dias úteis após a assinatura do acordo. O Sindicato informa aos funcionários do BNB que aguardem a divulgação do período para se opor ao desconto, que será veiculado no Tribuna Bancária, com a devida antecedência. Assim, o Sindicato não está autorizado a receber nenhum documento dessa natureza, no momento.

CAIXA

Lucro comprova que empregados acertaram quando exigiram mais

Números do balanço do terceiro trimestre da Caixa Econômica Federal, divulgados na sexta-feira, 6/11, comprovam que a Contraf-CUT, as entidades sindicais e os empregados tinham razão quando decidiram permanecer em greve nacional para avançar nas reivindicações específicas e, assim, conquistaram um abono de R\$ 700,00 e cinco mil de contratações, dentre outros avanços.

A Caixa fechou o terceiro trimestre de 2009, com lucro de R\$ 869,9 milhões, uma alta de 20,4% sobre igual período do ano passado e acima das previsões conservadoras da direção da empresa.

Com esse resultado, fruto do empenho e dedicação dos trabalhadores da Caixa, o lucro acumulado até setembro atingiu R\$ 2,027 bilhões. Esse número representa quase a totalidade do valor projetado pela empresa para todo o exercício de 2009, que é de R\$ 2,13 bilhões, o que leva a crer, com o desempenho do último trimestre, que o resultado será bem superior às previsões feitas pela instituição. “Além disso, esse desempenho favorece a retomada do processo

de negociação permanente, onde buscaremos novas conquistas para os trabalhadores”, ressalta o diretor da Contraf-CUT, Plínio Pavão.

OUTROS NÚMEROS DO BALANÇO – As receitas com intermediação financeira do banco atingiram no trimestre o montante de R\$ 8,252 bilhões, o que representa um crescimento de 5,8% sobre o mesmo período do ano anterior. Porém, na comparação com o segundo trimestre, ocorreu uma queda de 5,12%. Já as despesas com intermediação financeira foram de R\$ 5,592 bilhões.

Durante o período, a Caixa foi, ao lado do Banco do Brasil, uma das armas usadas pelo Governo Federal para ativar o crédito no País, que no final do ano passado foi duramente castigado pela crise financeira global.

Essa agressividade na cessão de crédito pode ser notada na evolução da carteira do banco, que saltou de R\$ 70,7 bilhões no final do terceiro trimestre de 2008 para R\$ 113,8 bilhões em setembro deste ano, uma alta de 61%.

BALANÇO

Banco do Brasil tem lucro de R\$ 1,98 bilhões no 3º trimestre

O Banco do Brasil fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de 1.979 bilhão de reais, 6% superior ao ganho de 1.867 bilhão de reais em igual período do ano anterior. “O resultado foi impulsionado pela expansão do crédito”, comentou a instituição em relatório enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A instituição encerrou setembro com uma carteira de crédito total de 301.421 bilhões de reais, com uma expansão de 41,1% em 12 meses, com destaque para o segmento de veículos, que deu um salto de 243,4% no intervalo. O banco usou para esse cálculo o conceito ampliado, que inclui garantias prestadas e títulos privados.

Os ganhos com a forte alta nas operações de financiamento foram diminuídos em parte devido ao aumento

das despesas com provisões para perdas esperadas com crédito, que no período somaram 3.017 bilhões de reais, praticamente estável em relação ao trimestre imediatamente anterior, mas bem acima do total de 1,338 bilhão de reais provisionado no terceiro trimestre de 2008.

O índice de inadimplência (medida pelo total de operações encerradas há mais de 90 dias) encerrou o trimestre em 3,6%, superior aos 3,3% do final de junho e aos 2,2 por cento do final de setembro do ano anterior. Os ativos totais da instituição somavam 685,684 bilhões de reais no final de setembro, uma expansão de 49,6% em 12 meses, consolidando-se na liderança do ranking bancário doméstico entre as instituições financeiras.

OUTROS TOQUES

BOA ALIMENTAÇÃO

Um trabalho científico realizado pela Universidade de Berkeley, na Califórnia, com 260 mulheres, comprovou que a ingestão de frutas, legumes e proteínas durante a gravidez pelas mães, pode proteger as crianças do aparecimento futuro de leucemia. A leucemia é um dos tipos mais comuns de câncer entre crianças e pode ser tratada com medicamentos e/ou transplantes de medula óssea. As causas não são completamente entendidas e os cientistas acreditam que tudo começa com uma alteração nos genes ainda no útero.

EMPREGO

A indústria brasileira voltou a contratar em setembro, pelo terceiro mês consecutivo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta foi de 0,4% na comparação com o mês anterior. Frente a setembro do ano passado, no entanto, o indicador continua em queda, de 6,5%. No ano, o emprego industrial também acumula perdas, de 5,6%, assim como em 12 meses, de 4,2%, mantendo a trajetória descendente iniciada em agosto do ano passado. Com o resultado de setembro, o emprego industrial acumulou ganho de 1% em três meses. De outubro do ano passado a junho deste ano, no entanto, a queda acumulada foi de 7,3%.

COTAÇÃO

Caso fossem norte-americanas, Petrobras e Vale estariam entre as 15 maiores empresas por valor de mercado dos Estados Unidos, segundo levantamento da consultoria Economática. Na lista das maiores empresas dos dois países, a Petrobras, maior empresa do Brasil, aparece em terceiro lugar, atrás apenas da gigante do petróleo Exxon Mobil e da Microsoft. Enquanto o valor de mercado da brasileira somava US\$ 201,9 bilhões em 9 de novembro, as duas norte-americanas valiam, respectivamente, US\$ 345,8 bilhões e US\$ 257,4 bilhões na mesma data. Com valor de mercado de US\$ 141,9 bilhões, a Vale aparece em 15º lugar na mesma lista. A empresa, no entanto, é a única mineradora a aparecer no levantamento.

“Acharam que eu era maluco, os pessimistas não acreditavam. Mas os números estão aí e provam que minha previsão estava certa”

Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, ao afirmar que o País superou a marca de 1 milhão de empregos formais criados em 2009.

VOLTA DO DIPLOMA

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou na última quarta-feira, dia 11/11, a PEC 386/09, do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que restabelece a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista. A CCJ aprovou a PEC quanto à admissibilidade, segundo o parecer favorável do relator, deputado Maurício Rands (PT-PE). A PEC seguirá agora para uma comissão especial, que será criada para analisá-la. Posteriormente, a proposta precisará ser votada em dois turnos pelo Plenário.

DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> POSTAL EM	<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> PORTFOLIO DO SINDICATO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	

